

## CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA PARA A EDUCAÇÃO

### META

Apresentar os pressupostos sociolinguísticos presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

### OBJETIVOS

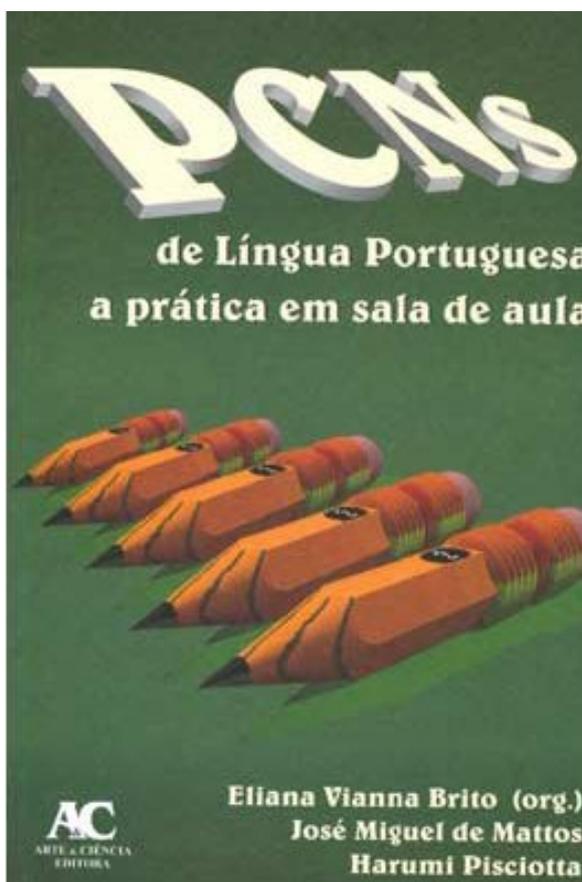
Ao final desta aula, o aluno deverá:

identificar os princípios norteadores da Sociolinguística presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs);

incorporar os resultados obtidos nas investigações Sociolinguísticas na prática pedagógica.

### PRÉ-REQUISITOS

“Folhear” os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa.



(Fontes: <http://i.s8.com.br>)

## INTRODUÇÃO

As discussões em torno da política linguística, mais precisamente do eixo voltado para o ensino de língua materna, e dos direitos linguísticos, na perspectiva do direito do falante usar e ter respeitada as variedades de sua comunidade de fala, leva-nos a buscar amadurecer a reflexão sobre variação e ensino, focando como a política educacional vem absorvendo o resultado das pesquisas na área. Você certamente já ouviu falar dos Parâmetros Curriculares Nacionais, muito conhecidos por sua sigla: PCNs. Os PCNs são documentos institucionais do Ministério da Educação com orientações, referenciais para a educação, pautados na transversalidade e com o objetivo de contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos, autônomos e participativos. Os PCNs dão diretrizes sobre o que e como ensinar nas diversas áreas do conhecimento. Há muitas críticas aos PCNs, sobre o modo como foram elaborados, sobre a sua potencialidade e difusão, sua intenção, entre outras mais específicas de cada área do saber. Na área de Língua Portuguesa, há uma mistura de teorias que são, por definição, imiscíveis. Por outro lado, há um endeusamento dos PCNs, que, muitas vezes, são colocados equivocadamente como marco nos estudos linguísticos (na verdade, os PCNs são apenas decorrência dos estudos linguísticos). Fale-se bem, fale-se mal, sempre falamos em PCNs.

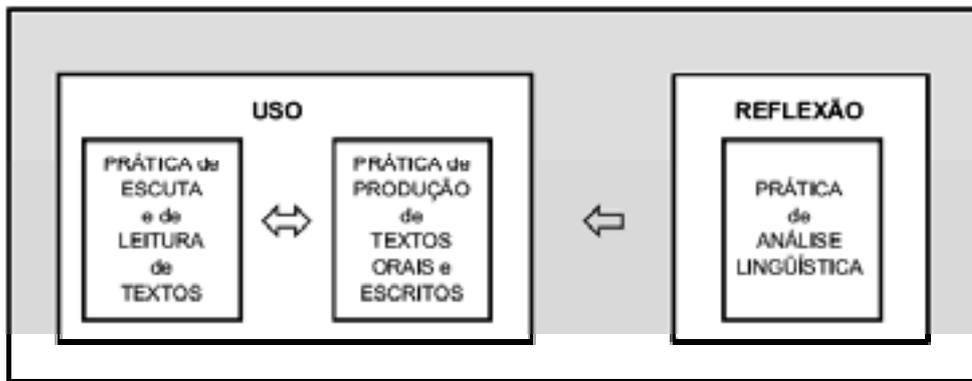
Nesta aula, vamos conhecer os pressupostos sociolinguísticos que estão presentes nos PCNs de Língua Portuguesa e Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, e que se manifestam nos conceitos de diversidade e de variedade, bem como a noção de competência comunicativa, presentes ao longo destes documentos.



Portal do MEC onde se encontram os arquivos com os parâmetros curriculares.  
(Fontes: <http://portal.mec.gov.br>)

## OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA

Antes de entrar efetivamente nas contribuições da sociolinguística para o ensino de língua materna, vamos (re)lembrar o que preconizam os PCNS. Na disciplina Língua Portuguesa, os conteúdos contemplados dividem-se em: (i) uso da língua oral e escrita, que incorpora práticas de escuta e de leitura e práticas de produção de textos orais e escritos; e (ii) reflexão sobre a língua e a linguagem, que incorpora práticas de análise linguística. O ensino dos conteúdos deve levar em conta a articulação entre (i) e (ii), de forma que sejam vistos como uma totalidade. Essa totalidade de que estamos falando pode ser visualizada no quadro abaixo (BRASIL, 1998b, p. 35):



O quadro mostra que a análise linguística (ou seja, a reflexão sobre a língua nos seus diferentes níveis: fonológico, morfológico, sintático, semântico-pragmático) não está desvinculada das habilidades de escuta/fala/leitura/escrita, pois o uso linguístico – que se dá através de textos e não de palavras ou frases isoladas – fornece material para análise de diferentes fenômenos linguísticos; a análise linguística, por sua vez, realimenta as práticas de uso. Tendo como unidade central o texto, e a partir do eixo USO → REFLEXÃO → USO, é que são pensadas as práticas pedagógicas e os diferentes conteúdos a serem trabalhados nas aulas de língua.

Como documentos norteadores do ensino de língua portuguesa – entendida aqui como a língua materna dos brasileiros, os PCNs definem como objetivo desta disciplina o seguinte:

Espera-se que o aluno amplie o domínio ativo do discurso nas diversas situações comunicativas, sobretudo nas instâncias públicas de uso da linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita, ampliando suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania (BRASIL, 1998b, p.32).

Como se pode perceber, em termos mais amplos, os PCNs focam o ensino de língua portuguesa como ferramenta para a formação do sujeito-cidadão. Em relação à linguagem, ainda segundo os PCNs, a escola deve ofe-

recer condições para que o aluno desenvolva seus conhecimentos, sabendo:

- a) ler e escrever conforme seus propósitos e demandas sociais;
- b) expressar-se adequadamente em situações de interação oral diferentes daquelas próprias de seu universo imediato;
- c) refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade linguística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua. (BRASIL, 1998a, p.59)

Ora, como já vimos nas aulas anteriores, tais metas da escola estão alinhadas com os pressupostos da Sociolinguística. As duas primeiras – ler e escrever conforme seus propósitos e demandas sociais, bem como expressar-se adequadamente nas situações de interação oral diferentes daquelas próprias do seu universo particular – referem-se ao conceito de **adequação**, que vimos na aula 5. Tais metas podem ser comparadas com a metáfora de que a língua é como uma roupa, e que devemos escolher a mais adequada a cada situação. Estas metas são subjacentes a uma concepção de língua como sistema heterogêneo, ou melhor, língua dotada de heterogeneidade sistemática, na medida em que lidamos com a ideia de adequação. A terceira meta elencada foca especificamente a questão da diversidade linguística, com ênfase na reflexão, colocada como estratégia de combate ao preconceito, estigma e discriminação, que são, pois, conceitos advindos da Sociolinguística.

Os PCNs para o ensino médio Linguagens, códigos e suas tecnologias (1998c) enfatizam que o ensino da língua materna deve considerar a aquisição e o desenvolvimento de três competências, que devem ser acionadas na resolução de situações-problema: interativa (que envolve atividades de interlocução, sendo importante ter consciência do papel social que cada um desempenha, do lugar de onde se fala, sobre o que se fala, a quem se dirige); textual (que diz respeito à capacidade de entender e produzir textos dos mais variados tipos/gêneros); e gramatical (que envolve conhecimentos sobre a estrutura da língua, o domínio de suas regras de funcionamento nos níveis fonológico, morfológico, sintático, lexical).

Assim, os PCNs preconizam as práticas sociais, ou seja, as situações reais de interação, como condição para que se dê o ensino da língua, já que esta funciona para as pessoas interagirem socialmente; uma concepção de língua heterogênea, historicamente situada, que está sujeita a variações e mudanças; um trabalho pedagógico que contemple, de maneira articulada, usos linguísticos (ouvir-falar, ler-escrever) e reflexão sobre a língua(gem); o uso da língua adequado aos propósitos comunicativos e demandas sociais; e o combate ao preconceito linguístico.

A variação social também carrega marcas identitárias e se manifesta nas diferentes normas: a norma culta é usada pelas pessoas mais diretamente relacionadas com a cultura escrita que é historicamente legitimada (pessoas com alto grau de escolarização), ao passo que as normas ou variedades não

padrão são utilizadas por indivíduos não escolarizados ou pouco escolarizados.

As variedades culta e não padrão usualmente refletem as diferenças sociais dos falantes. A norma culta, vista por muitos como o “falar corretamente”, é considerada uma via de ascensão social. Quem não domina a variedade padrão da língua é marginalizado, ridicularizado, enfim, excluído: em uma entrevista para emprego, na escola, no vestibular. Porém, o domínio e o uso da variedade culta ficam restritos a uma parte muito pequena da população brasileira, que, não por coincidência, é a detentora do poder político e econômico. Vimos, na aula 7, que o fenômeno do rotacismo (a troca do /l/ pelo /r/ nos encontros consonantais, como em chicrete, broco, pranta, ao invés de chiclete, bloco, planta), costumam ser associado a comunidades rurais e são estigmatizadas. Entretanto, trata-se de variantes linguísticas de milhares de brasileiros falantes das variedades não padrão, a “classe social desprestigiada, marginalizada, que não tem acesso à educação formal e aos bens culturais da elite”, para quem a fonética da norma culta é como a de uma língua estrangeira (BAGNO, 2001, p. 42).

Casos deste tipo costumam provocar reações de preconceito linguístico, principalmente naquelas pessoas que se situam nos pontos mais altos na pirâmide social, ou seja, que pertencem a um nível socioeconômico mais alto e que dominam a variedade culta da língua. O preconceito linguístico se manifesta em comentários do tipo: “Fulano fala errado”, “Fulano não sabe falar direito”, “A fala de fulano é feia”... A isso se chama valor social das formas variantes. A fala (ou escrita) é avaliada ou julgada em função do status social dos indivíduos que a utilizam, e não pelas características linguísticas em si.

Como vimos na aula 5, no que diz respeito às variedades linguísticas, é papel da escola ensinar a ‘norma culta’ da língua, que é a variedade de prestígio na sociedade. Entretanto, a variedade linguística que o aluno traz de casa nunca deve ser desconsiderada e tachada de “erro”. O que os professores devem fazer é considerar os diferentes níveis de conhecimento prévio que os alunos apresentam e promover a ampliação desses conhecimentos, criando situações comunicativas diferenciadas para que os alunos estendam gradativamente o conhecimento linguístico já adquirido. Muitas vezes as diferenças entre as variedades dos alunos e a variedade da escola são tão grandes que parece estarmos diante de duas línguas diferentes.

Um ensino de língua baseado na gramática normativa tradicional prega que o desvio à regra está errado e deve ser corrigido. Ou seja, a fala que não segue as regras normativas deve ser substituída por outra. É como se considerássemos o aluno como um “deficiente linguístico”, estigmatizando seu modo de falar. O resultado disso é que os alunos muitas vezes se calam na sala de aula por se sentirem rejeitados e excluídos..

Os PCNs apregoam o contato do aluno com a língua em funcionamento nas mais diferentes situações comunicativas. Tem a ver com o que

há de comum nos usos linguísticos de diferentes grupos sociais. Por isso, em sociedades diversificadas como a nossa, existem várias normas, como por exemplo: a norma linguística dos pescadores de determinada região, a norma linguística das comunidades rurais, a norma linguística dos grupos de jovens urbanos, etc. A norma funciona como um fator de identificação de cada grupo social. Formulam-se, então, regras descritivas a partir do uso (e não o inverso, como acontece com as gramáticas ditas tradicionais). É dessa noção de norma linguística que deriva o conceito de “norma culta”, vista como uma variedade da língua portuguesa e não como a língua propriamente dita.

A escola deve ensinar a norma culta, mas também preservar a identidade linguística e cultural dos alunos. Assim, estará ampliando a competência sociocomunicativa dos alunos, que aprendem a usar uma variedade ou outra de acordo com as situações de interação. No caso de contextos mais formais e públicos, é a variedade padrão que é requerida. No caso de contextos menos formais e familiares, a variedade não-padrão é adequada.

Ainda no que diz respeito à exposição a diferentes situações de uso linguístico, temos que reconhecer a variação estilística, sujeita aos ‘papéis sociais’ que as pessoas desempenham nas interações que se estabelecem em diferentes ‘domínios sociais’: no lar, na escola, na igreja, com os amigos, no trabalho, etc. Os papéis sociais que desempenhamos vão se alterando conforme vão trocando as situações comunicativas (entre pais e filhos, patrão e empregado, professor e aluno, etc). Esses papéis sociais são “um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais [...] e são construídos no próprio processo da interação humana” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 23). Em situações comunicativas que exigem maior formalidade, usamos uma linguagem mais cuidada e elaborada, ou mais monitorada; em situações familiares e informais, usamos uma linguagem coloquial, menos monitorada. Temos assim um registro formal e um registro informal. Na verdade, mais do que dois modos que se opõem, temos graus de formalidade que permeiam as situações cotidianas de interação.

Existem ainda variações que são decorrentes da modalidade oral/escrita da língua, cujos contextos de produção são diferentes quanto ao tipo e tempo de processamento das informações, e quanto ao grau de dependência contextual, como vimos na aula 8. Em função dessas condições, o uso dos recursos gramaticais costuma ser diferenciado: construções mais fragmentadas, com maior uso de coordenação e justaposição de elementos na fala; e construções sintaticamente mais integradas, com maior uso de subordinação, de conectores diversificados, enfim, com maior aproximação à norma culta, na escrita. É na fala que se manifesta mais claramente a propriedade de variação inerente da língua.

Na verdade, não existem fronteiras rígidas, nem entre as variedades padrão

e não-padrão, nem entre as modalidades oral e escrita da língua. Bortoni-Ricardo (2004, p.61) propõe que pensemos na ideia de um contínuo (a autora propõe três: contínuo de urbanização, contínuo de oralidade-letramento e contínuo de monitoração estilística), representado numa linha imaginária que tem, localizada em cada extremidade, uma certa variedade ou modalidade. Estudando as interações em sala de aula, a autora trabalha com as noções de “evento de oralidade” e “evento de letramento”, representados sob a forma de contínuo no quadro 6:

Quadro 7: Contínuo oralidade-letramento (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 62)



No caso da sala de aula, por exemplo, um evento de letramento pode ser permeado de eventos de oralidade. Os eventos de letramento são mediados pela língua escrita (exposição de um conteúdo a partir de um roteiro escrito, fala simultânea à escrita no quadro-de-giz, aula de leitura, ditado, etc). Já os eventos de oralidade são intervenções curtas do professor, brincadeiras motivadoras, ou seja, situações de interação não mediadas pelo texto escrito (ex.: “Abram o livro na página tal”, “Vamu ficar quietos”, etc) (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 26).

Toda a explanação feita sobre os PCNs e o ensino de língua portuguesa culmina com o conceito de competência (sócio) comunicativa. Esse conceito é didaticamente explorado por Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004), no capítulo 6 do livro “Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula”. A autora sumariza a questão do seguinte modo (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 78):

Todo falante nativo de uma língua, por volta de 7, 8 anos, já internalizou as regras do sistema de sua língua, regras que lhe permitem produzir sentenças bem formadas naquela língua, o que não acontece com o falante estrangeiro que produz sentenças agramaticais, isto é, que não estão perfeitamente de acordo com o sistema da língua estrangeira.

Como a língua é um fenômeno social, cujo uso é regido por normas culturais, além de ter domínio das regras internas da língua, os falantes têm de usá-la de forma adequada à situação de fala.

No desempenho dos papéis sociais, os indivíduos transitam por espaços sociolinguísticos em que têm de dominar certos usos especializados da língua.

O falante tem de dispor em seu repertório de recursos comunicativos que lhe permitam desempenhar-se com adequação e segurança nas mais diversas situações.

Grande parte dos recursos comunicativos que compõem o seu repertório é adquirido espontaneamente, no convívio social; mas para o de-

sempenho de certas tarefas especializadas, especialmente as relacionadas às práticas sociais de letramento, o falante necessita desenvolver recursos comunicativos, de forma sistemática, por meio de aprendizagem escolar.

A tarefa educativa da escola, em relação à língua materna, é justamente criar condições para que o educando desenvolva sua competência comunicativa e possa usar, com segurança, os recursos comunicativos que forem necessários para desempenhar-se bem nos contextos sociais em que interage.

Como preconizam os PCNs, ensinar língua portuguesa – língua materna – é instrumentalizar o aluno para o exercício da cidadania. E a Sociolinguística desempenha significativo papel nesta empreitada, na medida que traz os conceitos de diversidade e variedade, os quais permitem que o aluno amplie sua competência sociocomunicativa e torne-se cidadão.

### CONCLUSÃO

Toda educação verdadeiramente comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para o desenvolvimento da capacidade de uso eficaz da linguagem que satisfaça necessidades pessoais – que podem estar relacionadas às ações efetivas do cotidiano, à transmissão e busca de informações, ao exercício da reflexão (BRASIL, 1998b, p. 30).

A proposta dos PCNs – de que o aluno amplie suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania; de que leia, escreva e se expresse oralmente conforme as demandas sociais; de que reflita sobre os fenômenos da linguagem, combatendo preconceitos; de que desenvolva as competências interativa, textual e gramatical – encontra ressonância no discernimento das diferentes concepções de língua, norma e gramática, com ênfase à concepção de língua como atividade social, de língua como sistema heterogêneo historicamente situado (em que as variantes linguísticas são carregadas de significado social), de gramática descritiva funcional, de norma como resultado de regras de comportamento de grupos sociais.

### RESUMO

O nosso propósito nesta aula foi o de propiciar a reflexão sobre a contribuição da Sociolinguística para a educação. Para tanto, expusemos os pressupostos sociolinguísticos que orientam os PCNs de Língua Portuguesa e Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, e que se manifestam nos conceitos de diversidade e de variedade, bem como na noção de competência comunicativa, presentes ao longo destes documentos. Vimos que os PCNs preconizam as práticas sociais, ou seja, as situações reais de interação, como condição para que se dê o ensino de língua; uma concepção de língua heterogênea; um trabalho pedagógico que contemple usos linguísticos e reflexão sobre a língua; o uso da língua adequado aos propósitos



comunicativos e demandas sociais; e o combate ao preconceito linguístico. Sendo assim, é visível a relação da Sociolinguística com os propósitos dos PCNs, pois ambos veem como tarefa do educador, no que se refere ao ensino de língua materna, criar condições para que o aluno desenvolva sua competência linguística e possa usar no contexto de interação recursos que lhes sejam necessários. Ao se pensar a questão da educação em língua materna, podemos vê-la como uma atividade, um trabalho entre sujeitos (educador – educando) por meio do qual instrumentaliza o aluno para o exercício da cidadania, como preconizam os PCNs. Assim, a Sociolinguística desempenha significativo papel nesta empreitada, na medida em que traz os conceitos de diversidade e variedade, os quais permitem que o aluno amplie sua competência sociocomunicativa e torne-se cidadão.

### ATIVIDADES

1. Esta atividade envolve todos os conceitos trabalhados até então, por isso, é interessante reler as aulas anteriores para rememorar alguns conceitos. Procure a proposta pedagógica de uma escola. Pode ser a escola onde você estudou, ou onde você trabalha, ou a mais perto de sua casa. A proposta pedagógica é um documento público, ao qual todos devem ter acesso.

De posse deste documento, faça uma leitura atenta e tente identificar as influências advindas da Sociolinguística. De que forma os conceitos de diversidade e de variedade, preconizados pelos PCNs, são implementados na proposta pedagógica da escola? Como a proposta pedagógica lida com a noção normativa da língua? Qual a concepção de gramática subjacente à proposta pedagógica?

Se houver oportunidade, converse com os professores de língua portuguesa, com os coordenadores pedagógicos, sobre as potencialidade e dificuldades de se trabalhar com os conceitos sociolinguísticos na sala de aula.

### PRÓXIMA AULA

Para finalizar nossa disciplina, veremos, na próxima aula, Política e planificação linguística, como as ações do governo podem interferir nas relações linguísticas de uma nação.





## AUTOAVALIAÇÃO

Após esta aula, sou capaz de identificar os princípios sociolinguísticos que estão presentes nos manuais e documentos de referência do ensino de Língua Portuguesa? Faça as atividades. Consigo ler os PCNs, agora com a lente sociolinguística, tentando identificar os conceitos que estudamos nestes documentos que orientam a prática pedagógica no Brasil? Em caso de dúvida, não deixe de procurar ajuda com a tutoria.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico – o que é, como se faz**. 7 ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998b.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998c.